

Artigo recebido em:  
08.09.2020  
Aprovado em:  
27.10.2020

**Edson Dalmonte**

Doutor em Comunicação. Professor de Comunicação e Ética e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. <https://orcid.org/0000-0002-0895-2132>  
E-mail: [edsondalmonte@gmail.com](mailto:edsondalmonte@gmail.com)

**Caio Cardoso de Queiroz**

Mestre e Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES.  
E-mail: [caiocardosode@gmail.com](mailto:caiocardosode@gmail.com)

# A vigilância como prática e valor jornalístico na cobertura da #VazaJato

Edson Dalmonte  
Caio Cardoso de Queiroz

## Resumo

Quando discutimos a conformação dos valores morais em sociedade, reconhecemos que tanto o jornalismo quanto a vigilância se estruturam em padrões de virtudes, deveres ou “bens” sociais específicos. A partir da análise dos valores profissionais jornalísticos presentes em 98 publicações da cobertura da #VazaJato por oito mídias, entre junho de 2019 e março de 2020, buscamos verificar se tais características estarão refletidas na formação de um sistema de vigilância amplo. As ações de monitoramento, acompanhamento e crítica sobre as esferas de poder são vistas, ao longo da cobertura, como principais definidoras de um dever jornalístico fundamental. Observamos, assim, como a dinâmica de discussão de padrões morais na profissão nesta cobertura tem reforçado a presença da vigilância como aspecto central nas formas de justificação da estruturação do jornalismo.

**Palavras-chave:** Vigilância. Ética. Jornalismo.

## Surveillance as a practice and a journalistic value at #VazaJato case

### Abstract

When we discuss the moral values forming in a given society, we recognize that both journalism and surveillance structure themselves according to specific standards of virtue, duties or social “goods.” From the analysis of professional journalistic values present in the 98 news pieces of the #VazaJato, a coverage from eight media outlets between June 2019 and March 2020, we seek to verify whether those features are reflected in the online content circulation forms, shaping a wide surveillance system. The monitoring, inspecting and the criticisms over the power spheres are seen, throughout the coverage, as the main definer of a fundamental journalistic duty. We observe, therefore, how the dynamics of discussion of moral standards to the profession in this case reinforces the presence of surveillance as a central aspect of the forms of structures and justification for journalism.

**Key words:** Surveillance. Ethics. Journalism.

O atual cenário comunicacional traz a possibilidade e a prática do questionamento em torno da rede de princípios éticos tradicionais do jornalismo e seus impactos nas práticas sociais e políticas (WARD, 2015, 2018, 2019). A partir dessas novas configurações e práticas do jornalismo, buscamos observar as alterações da dinâmica do jogo profissional e a reconfiguração dos valores profissionais. Para cumprir tal objetivo, lançamos mão de um estudo de caso que observa a vigilância no jornalismo em duas dimensões diversas: como constituinte de práticas profissionais a se debruçar sobre as demais esferas da sociedade; e como aspecto de monitoramento que se volta sobre o próprio jornalismo, na figura de outros veículos e profissionais a disputar as caracterizações do jornalismo em sua ética.

Tais articulações e sentidos de vigilância organizam questionamentos que recaem sobre todos os valores sobre a prática dos veículos e seus produtos. A adição, correção e/ou remoção de dados, fontes e materiais dentro de uma produção jornalística se dá a partir de funções de vigilância que o público e a própria imprensa exercem sobre a prática dos demais meios (CHRISTOFOLETTI, 2019; FAUSTO NETO; SGORLA, 2013; GRAVES, 2016; HIRST; HARRISON; MAZEPÁ, 2014; QUEIROZ, 2016a; VIEIRA, 2018). Novas áreas de prática pedem novas regras e balizas éticas, como as normas para o jornalismo participativo, onde cidadãos são parte ativa e direta no processo noticioso (WARD, 2019, posição 224).

Os frágeis consensos previamente estabelecidos com relação aos principais valores da produção jornalística no Brasil entram em cena como argumentos iniciais no processo de vigilância, que se volta também sobre os próprios profissionais e veículos de jornalismo (QUEIROZ, 2016a). Stephen Ward (2019, posições 228-231) alega que a ética jornalística está tão fragmentada atualmente que se parece mais com um grupo de valores isolados, a partir dos quais jornalistas mantêm interpretações radicalmente diferentes sobre o que o jornalismo deve ser. Sendo assim, tomamos a ética jornalística como domínio fragmentado, onde noções básicas sobre o que é o jornalismo e sua função são passíveis de discussão (DALMONTE; QUEIROZ, 2018; QUEIROZ, 2016b; WARD, 2019).

Mais do que apontar imperativos morais para o jornalismo, ou mesmo avaliações da diferença entre os discursos a respeito dos valores e as práticas jornalísticas, interessa observar a proeminência da vigilância enquanto valor de ordem normativa e prática no jornalismo atualmente. Isto se dá porque o argumento básico na construção do debate da ética jornalística passa pelo argumento do atendimento ao interesse público, algo que reverbera princípios de vigilância. Este dado é verificado, por exemplo, nas narrativas da imprensa enquanto cão de guarda de interesses da cidadania frente às formas de poder, ainda que isso se modifique ao longo do tempo. A vigilância seria, desta forma, um valor de característica prática e normativa, na medida em que organiza a fundamentação moral do jornalismo e orienta sua prática sobre as formas de poder (CHRISTOFOLETTI, 2008, 2019; GOMES, 2009; MARTINO, 2016).

O desenvolvimento deste artigo terá por base o estudo de caso (YIN, 2010), numa proposta com o sentido de selecionar pontos chave do processo de evolução desta rede de valores para o jornalismo brasileiro na VazaJato. Realizamos um mapeamento detalhado de todas as publicações da cobertura, passando por uma etapa de observação e descrição dos momentos mais relevantes para a exemplificação daquilo que vemos como aspectos constituintes do atual momento no jornalismo. Estabelecemos ainda uma interpretação ética que explora as intenções e propostas que os jornalistas dizem ter ou compartilhar, conformando um olhar sobre a vigilância enquanto valor profissional jornalístico. Desta forma, analisamos como as narrativas jornalísticas mobilizadas articulam os sentidos do “bom jornalismo” a partir de uma perspectiva ética pública, apresentada, defendida e com algum grau de participação do público (CHRISTOFOLETTI, 2019; WARD, 2015, 2018, 2019).

## Ética jornalística e vigilância

Quando levamos em consideração a composição de uma ética jornalística, tomamos como ponto de partida os principais enquadramentos da leitura da filosofia moral aplicados à prática profissional: a ética da virtude; a perspectiva utilitária; a deontologia; e a ética do discurso Habermasiana. Isto é, adicionamos a perspectiva do discurso às três principais matrizes de leitura a respeito da ética na filosofia para uma compreensão de suas manifestações no jornalismo.

A perspectiva da virtude será essencial para que possamos explorar quais são os lugares sociais que as diferentes partes da ação jornalística (veículos, profissionais, público), evocam para a elaboração de um sentido de “bom jornalismo” e como este tipo de perspectiva se traduz nas ações possíveis. A elaboração de uma virtude profissional em um sistema de referencialidade interna traz formações da legitimidade da atuação do agente “jornalismo” como possuidor de qualidades necessárias à sociedade e à democracia. Este sistema de referencialidade interna é necessário para a compreensão da qualidade jornalística, pois ela se mostra a partir da ação em si, habilitando a criação das classificações de virtude e vício a partir de um ideal.

Esta perspectiva não se isola das demais abordagens morais, mas se constitui em paralelo, de forma estratégica, no discurso jornalístico com relação às suas ações (MARTINO, 2016). Ao abordamos um uso de deveres morais amplos, como a defesa de Direitos Humanos e da Democracia como valores indispensáveis ao jornalismo, temos uma perspectiva de firmeza de valores morais traduzidos em princípios, leis e máximas morais de tipo deontológico. A tradição kantiana clássica é central para a consolidação da perspectiva deontológica por construir, na prática, um regime de previsibilidade e, de certa forma, responsabilização dos profissionais que alegam aderir àquele regime moral (KANT, 2008; SHAFER-LANDAU, 2012, 2014).

A partir da fixação da correção da ação moral em deveres, os agentes de uma dada dinâmica como o jornalismo, estabelecem leis e máximas morais específicas, pelas quais se tornam responsáveis frente à sociedade, que ganha parâmetros de reflexão e crítica sobre a ação a partir dos códigos e regras estabelecidos (BERTRAND, 1999; GOMES, 2009; WARD, 2004, 2010). Tal perspectiva nos ajuda não apenas a entender o lugar que o jornalismo busca para si, em seus códigos e práticas, mas como ele usa deveres e valores para justificar tomadas de decisões.

A essas duas perspectivas, são adicionadas as leituras de matriz utilitária, com uma orientação de tipo teleológica, na qual a moralidade da ação avaliada pelas consequências dos atos. Os cálculos hedonistas dos utilitários estabelecem uma relação nova entre a ação moral e seus agentes, na medida em que se formam padrões de correção a partir do quanto bons são os resultados de uma ação específica (BENTHAM, 1983; MILL, 2010; SHAFER-LANDAU, 2012, 2014).

Baseados na busca pela criação do melhor resultado possível a partir de ações específicas, leituras deste tipo lançam luz às práticas jornalísticas de vigilância e crítica constante, por exemplo, uma vez que a criação de um bem comum projetado é o que justifica a própria tomada de decisões, por exemplo, de vazamento de dados. Esta é a matriz que melhor nos auxilia na análise de como os profissionais do jornalismo concebem exceções às regras que, em tese, “atrapalham” suas ações, sejam elas leis ou costumes (DALMONTE; SILVA, 2012). A moralidade da ação por sua finalidade traz um aspecto palpável à avaliação de tipo ético, uma vez que lida com condições práticas das ações e apresenta resultados para tais colocações.

Por fim, a abordagem de uma ética do discurso, de Habermas, contribui para o que vemos ser o processo, em si, da deliberação em torno dos valores morais que deveriam (ou não) fundamentar as práticas jornalísticas (HABERMAS, 1995, 2003). Nesta perspectiva, a moralidade das ações será formada por um processo racional de argumentação e deliberação contínua entre as diferentes partes da sociedade. Por meio do escrutínio coletivo, a sociedade pode se decidir a respeito de quais são as leis morais válidas, aceitas por aquele corpo social (DALMONTE, 2012; HABERMAS, 1989, 1995, 2003).

Quando temos, por exemplo, práticas que buscam reescrever o conteúdo jornalístico de veículos tradicionais em ambientes online, como a “Caneta Desmanipuladora”, há um tensionamento de práticas jornalísticas.

A demanda por uma reorganização de ideais éticos para a profissão adiciona sentidos e questiona lugares morais, deveres e finalidades do jornalismo, trazendo a possibilidade prática de discussão e fundamentação discursiva de tais valores (DALMONTE; QUEIROZ, 2018). Destacamos a importância de tratar, portanto, estas discussões como interpretações da boa ação, jornalisticamente falando, porque ela não será um conteúdo estabelecido em códigos de ética, costumes ou leis, mas um processo deliberativo sobre os interesses públicos e privados na construção de uma sociedade (QUEIROZ, 2016b; WARD, 2015, p. 34). Esta dinâmica é visível, por exemplo, quando jornalistas mobilizam teorias e interpretações de práticas sociais específicas de seu campo de atuação para discutir conceitos como verdade, factualidade e intencionalidades.

### A vaza jato

<sup>1</sup>Para estudar o material segundo as classificações de Marques de Melo (2009, p. 35), encontramos no gênero informativo a maior parte das publicações em questão, sendo 4 notícias e 67 reportagens. A presença de publicações de gênero opinativo, nos 6 editoriais, 12 comentários, um artigo de fundo e nas 7 colunas publicadas, bem como em um dossiê, interpretativo, trazem espaço para uma reflexão sobre deveres e práticas jornalísticas.

Em junho de 2019 o site *The Intercept Brasil* iniciou a divulgação de conversas privadas mantidas entre o então ministro da Justiça e ex-juiz federal Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol. O juiz e o Procurador da Operação Lava Jato apareciam em discussões ilegais, avaliando o peso político das suas ações, combinando táticas para a apresentação de denúncias e de dados obtidos de forma irregular pela força-tarefa. À frente da divulgação estava a equipe do site chefiado pelo jornalista norte-americano e Glenn Greenwald, vencedor do Prêmio Pulitzer em 2014. Ao todo, o corpus deste trabalho compreende o período de junho de 2019 a março de 2020, quando foram feitas 98 publicações, envolvendo oito veículos diretamente<sup>1</sup>.

A relação entre juiz e procuradores, de membros da força-tarefa dentro do Ministério Público Federal (MPF) e deles com a imprensa é consistentemente abordada ao longo desta cobertura, fazendo com que se levante uma série de contradições conflitos que, antes, ficavam restritos a nichos específicos. Ao longo deste trabalho lançamos mão de toda a cobertura e usamos como exemplos preferenciais os editoriais e textos opinativos, uma vez que eles explicitam e articulam explicitamente uma série de disputas e valores morais do jornalismo à luz dos fatos revelados. Estes são nossos exemplos primordiais porque marcam uma condição importante de explicitação de disputas para a audiência, reivindicando, reforçando sentidos e advogando em causa da cobertura.

Ao lidar com um volume grande de dados e realizar os processos de hierarquização da informação a ser divulgada, por exemplo, há uma perspectiva tática importante a ser observada nestas produções. Os tipos de informação publicadas, as escolhas editoriais que justificam os enquadramentos, a inclusão das respostas dos acusados e a busca de respaldo nos demais veículos de imprensa são características que nos interessa observar de forma detida, daqui em diante.

### A análise

Para a presente análise, coletamos todas as publicações da VazaJato até março de 2020 nos respectivos sites e, a partir da identificação de marcadores em comum das publicações analisadas, estabelecemos relações de diversos tipos entre os documentos coletados. Atuamos em duas etapas: primeiro com a identificação e qualificação da rede de valores; seguida da avaliação dos sentidos morais possíveis para a vigilância neste cenário. No primeiro momento, com o *Atlas.ti*, os dados coletados são analisados a partir de um processo que envolve a identificação de códigos iniciais em textos e imagens, sua separação, classificação e uma codificação qualitativa, relacional.

Na etapa analítica seguinte, realizamos uma recodificação qualitativa, com a identificação de discussões de fundo profissional e deontológico nas publicações. Com os dados das publicações, somos capazes de buscar as articulações entre os valores, de modo a traçar uma rede e, mais importante, compreender

como as articulações da vigilância enquanto valor moral se apresentam ao longo das coberturas selecionadas. Isto fundamenta uma leitura transversal deste valor e nos habilita a estudá-lo de forma dedicada a partir dos processos de disputas de sentido na cobertura dos oito veículos.

Mais do que identificar a rede dos valores jornalísticos evocados, procuramos ver o “relevo” desta rede e compreender quais valores ocupam quais posições, para então dar profundidade aos sentidos de vigilância ali mobilizados. De forma mais específica, interessa perceber como surgem as práticas e observações ligadas à vigilância como valor profissional. Para isso, procuramos responder às seguintes questões: Como aparece este valor? Ele somente se vincula ao contexto analisado ou também à estrutura da prática profissional do jornalismo? Qual a centralidade dos ambientes digitais nesses questionamentos?

A partir daí, para compreender como a vigilância se apresenta nesta abordagem, aplicamos à argumentação de fundo ético no jornalismo três níveis de observação a partir de uma adaptação do método proposto por Stephen Ward (2015, p.165; 2010): o nível da prática, o do debate em linguagem e aquele das referências. No nível da prática buscamos entender como as relações institucionais das discussões acionam o domínio normativo, seja em formato dos códigos de ética, da lei, das instituições ou dos valores. Assim sendo, buscamos compreender *como* está se fazendo a discussão a respeito dos casos e situações.

O segundo nível de observação está voltado para como a discussão mobiliza enquadramentos argumentativos sobre a moralidade (WARD, 2015, p.165), mantendo o foco em quais são os argumentos e como eles evocam sentidos moralizantes. Quando observamos as formações de discursos e deliberação, colocamos esta esfera ética em questão em termos dos julgamentos, das declarações ou reivindicações.

Por fim, alcançamos um terceiro nível de observação, relacionado às referências morais acionadas no processo de debate, observando como as práticas profissionais evocam argumentos que as possam justificar e assim formar referenciais morais. Isto é, a partir da identificação dos casos e códigos, avaliamos como aparecem as regras, normas e princípios capazes de formar uma leitura sobre a vigilância enquanto valor jornalístico.

## A cobertura

A publicação da série se inicia em junho de 2016, sem um fim declarado até setembro de 2020, quando este artigo foi finalizado. A maior quantidade de publicações da cobertura até então aconteceu no mês de julho de 2019, sendo que os meses de julho e setembro concentram quase metade de todas as publicações. A partir de outubro o ritmo das publicações cai de forma considerável mesmo nos dois veículos que mais publicaram materiais das conversas. O *The Intercept* é o veículo que mais publicou a respeito do tema, seguido pela *Folha de S. Paulo*. Somados, os dois veículos publicaram 61,22% de tudo o que se foi produzido. Para esta contabilização, somente foram consideradas as publicações realizadas dos veículos parceiros a partir da atuação de repórteres e editores com os materiais vazados, e não matérias reverberando as denúncias da Vaza Jato em outros veículos.



**Tabela 1 - volume de publicações por veículo**

Veículo	Volume de publicações
<i>The Intercept Brasil</i>	34,69%
<i>Folha de S. Paulo</i>	26,53%
Reinaldo Azevedo ( <i>Bandnews/UOL</i> )	13,26%
<i>UOL</i>	10,2%
<i>El País Brasil</i>	6,12%
<i>Veja</i>	4,08%
<i>Agência Pública</i>	4,08%
<i>Buzzfeed News Brasil</i>	1,02%

Fonte: Autores

Cada um dos veículos envolvidos no trabalho com as mensagens abordou o material a partir de sua própria proposta. Com isso, as matérias publicadas pela revista *Veja* e pela *Agência Pública*, por exemplo, têm o mesmo volume, mas focos diferentes no tratamento dos dados. Ou seja, ainda que estejam usando o mesmo conteúdo, aderindo à mesma percepção geral de corrupção por parte dos agentes da força-tarefa, as ênfases e enquadramentos variam de acordo com recursos e linhas editoriais dos veículos, o que apontará para condições importantes de análise.

Com as mensagens inicialmente utilizadas somente pelo *The Intercept* foram delineadas as ordens editoriais daquilo que seria ou não passível de publicação, pautando uma série de critérios editoriais a serem usados pela cobertura a partir das decisões dos jornalistas e editores. O lançamento de um editorial associado ao primeiro vazamento<sup>2</sup> aborda as razões pelas quais não seriam vazadas todas as mensagens, como a necessidade de preservar pessoas, nomes e acontecimentos de esfera pessoal dos membros da Lava Jato. Também há, ali, um lembrete de que tais medidas não foram tomadas pelos vazamentos promovidos pela grande imprensa brasileira dos grampos vazados pela própria Operação Lava Jato. Posteriormente, quando outros veículos passaram a compartilhar o material vazado e publicar suas próprias matérias em colaboração com repórteres e editores do *The Intercept*, há a defesa de uma unidade de método jornalístico em todas essas plataformas e veículos.

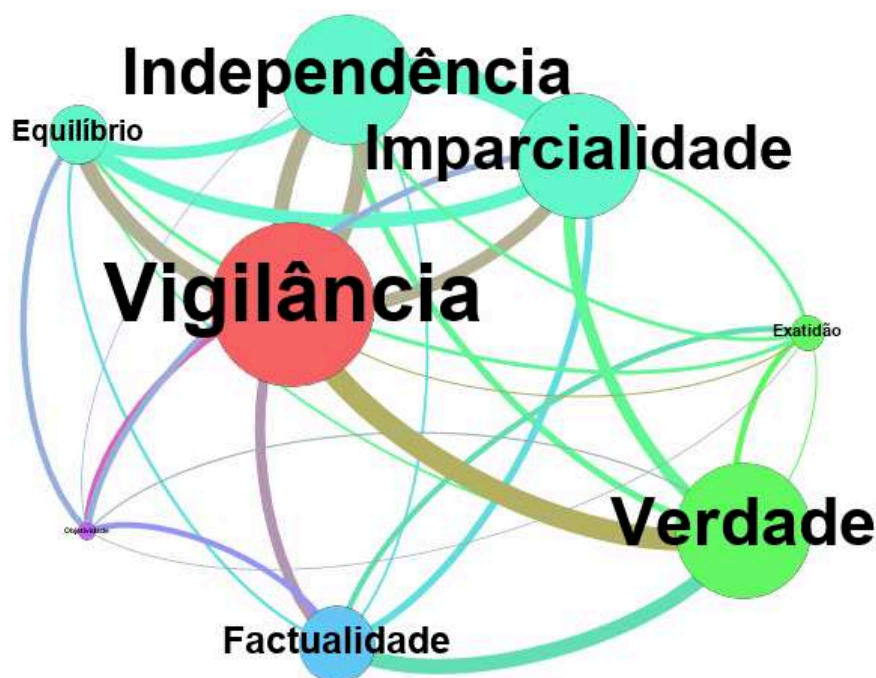
Entretanto, a acolhida temática não foi uniforme nos veículos e profissionais de imprensa. O *Grupo Globo* somente repercutiu as primeiras revelações e se recusou a participar do processo de apuração e divulgação dos materiais. Logo nos primeiros dias de cobertura, o jornalista Glenn Greenwald acusou a empresa da família Marinho de proteger Sérgio Moro. Em seguida, a direção de jornalismo da Globo divulgou nota afirmando que o jornalista havia proposto uma parceria, mas que ele não teria divulgado os tópicos a serem abordados nem a legalidade da obtenção das mensagens, o que a fez recusar o convite. Por fim, Greenwald rebateu que a parceria entre ele e a *Globo* não prosperou por falta de interesse da emissora<sup>3</sup> e somente isentou, naquele ponto, o jornal *Folha de S. Paulo* do que classificou como conivência da grande mídia com os crimes de Moro, Dallagnol e da Lava Jato.

Este episódio é marcante por evidenciar uma disputa clara em torno de princípios editoriais que constituem toda a base do fenômeno jornalístico em análise, no qual o *Intercept* busca construir para si uma imagem contrastante com os principais veículos de imprensa brasileiros. Ao observar os valores codificados ao longo da cobertura, temos a reaparição de valores importantes como vigilância, verdade, independência e imparcialidade com a mobilização decrescente de factualidade, equilíbrio, exatidão e, por fim, objetividade. O desenho desta rede aponta para um movimento de rearticulação destes valores jornalísticos, indicando que os aspectos de engajamento jornalístico vigilante podem ocupar posição central dos argumentos morais da profissão.

<sup>2</sup>“Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro”: <https://bit.ly/3iUawWH>

<sup>3</sup>“Glenn Greenwald: ‘A Globo e a força-tarefa da Lava Jato são parceiras’” <https://bit.ly/3mGEAHE>

**Gráfico 1 - Rede de valores profissionais mobilizados nos editoriais da cobertura de Vaza Jato**



Fonte: Autores

Mais do que somente apontar para os volumes de aparição dos valores, é importante notar que a vigilância estabelece vínculos fortes com os demais valores, indicando não somente sua presença geral, mas a força da rede a qual ela dá sustentação. Além disso, os próprios sentidos de vigilância passarão a ser discutidos e reivindicados por diferentes atores, evidenciando um caráter deliberativo importante nesta dinâmica profissional. A divulgação constante de documentos, bem como sua articulação com informações contextuais é importante para entender a baixa reivindicação de valores como exatidão e objetividade, por exemplo.

Nesta rede de valores, portanto articula-se de forma muito clara os sentidos de vigilância, independência e imparcialidade, com um alto grau de coocorrência para os três valores em simultaneidade. Outro valor consistentemente acionado, é a “verdade”, principalmente buscada quando para responder às acusações de Sergio Moro e Dallagnol. A forte articulação entre verdade, ideal vital para a prática jornalística, e a vigilância é outro indício forte do destaque que as práticas de vigilância têm se convertido em valor moral profissional no cenário atual. Para compreender estes códigos de forma relacional, é importante que passemos aos três níveis de análise ética.

### **Vigilância como valor ético jornalístico**

No *primeiro nível*, do domínio da prática profissional enquanto espaço de tensionamento e, principalmente, construção de relações institucionais baseadas em princípios, valores e deveres, podemos observar uma constante discussão e reafirmação dos valores de imprensa baseados em preceitos clássicos de interesse público. Códigos de conduta são evocados, seus preceitos exemplificados e ações justificadas de antemão, tendo em vista o alcance de princípios jornalísticos e democráticos. Este padrão é verificável de forma difusa na maioria das publicações, o que demonstra a necessidade de sustentação das revelações pelos pares.

Ao adicionar novas parcerias ao processo de divulgação das mensagens e, posteriormente, rebater acusações de uso de material ilícito para as publicações, o *Intercept* recorre aos princípios, valores e deveres jornalísticos clássicos. Na colaboração com a *Folha de S. Paulo*, primeira parceria institucional do caso, os editores do site dizem que o papel do jornalismo é lançar luz sobre aquilo que os poderosos

fazem quando não se sabem observados (DEMORI; GREENWALD, 2019)<sup>4</sup>. O primeiro fator institucional relevante que precisamos observar, portanto, é o alcance da transparência enquanto valor instrumental. Se o jornalismo se associa, assim, à produção de uma sociedade politicamente transparente, ele é o operador de um sistema de vigilância sobre a arena pública na clássica posição do cão de guarda dos direitos da coletividade.

<sup>4</sup>"Anunciamos nossa parceria jornalística com a Folha no arquivo da Vaza Jato – e as impropriedades reveladas na primeira reportagem conjunta com o jornal" <https://bit.ly/3ciPgaV>

<sup>5</sup>Intercept e Veja publicam reportagem de capa que mostra impropriedades em série – e inéditas – de Sergio Moro na Lava Jato. <https://bit.ly/2ZTRyYU>

<sup>6</sup>Carta ao Leitor: Sobre princípios e valores <https://bit.ly/3mKl4Ki>

<sup>7</sup>A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo secreto são tão vitais" <https://bit.ly/360E3dN>

<sup>8</sup>"Por que o EL PAÍS decidiu publicar as mensagens da Lava Jato vazadas ao 'The Intercept' <https://bit.ly/2ZVnvAg>

<sup>9</sup>"As provas de que os chats são autênticos agora vem de diversos veículos de comunicação, são definitivas e esmagadoras" <https://bit.ly/33SXRgq>

Tal colocação é ainda mais clara nas publicações que anunciam a parceria<sup>5</sup> com a *Revista Veja*, cujo editorial é intitulado "Sobre princípios e valores". Ali mais uma vez são levantados os princípios de transparência na gestão da coisa pública (REVISTA VEJA, 2019)<sup>6</sup>. A parceria com a *Veja* também é instrumento de validação do próprio conteúdo: sua crítica é colocada aparentemente acima das suspeitas de partidarismo por parte do site que primeiro recebeu o conteúdo, numa direção que busca firmar os sentidos morais da cobertura em bases argumentativas mais consistentes.

Outro ponto institucionalmente relevante se dá em publicação de 28 de julho de 2019, os editores do *Intercept* afirmam, de início que têm "não somente o direito, mas o dever – conforme a Constituição e os códigos de ética que regem a nossa profissão – de proteger nossas fontes" (GREENWALD; DEMORI; REED, 2019)<sup>7</sup>. Neste caso, a Constituição é apresentada como articulador primordial dos direitos e deveres do jornalismo, cotejado com os princípios e preceitos próprios da profissão, fundando uma ação direta e obrigatória de observação crítica e vigilante na relação com o governo. O *Grupo Globo* aparece, neste texto, diretamente mencionado em um ponto, quando aborda-se o cenário político do momento e a cobertura dada pela empresa à invasão do celular de Sergio Moro traz à tona a questão dos princípios jornalísticos em uma disputa de imprensa.

A condição do jornalismo, associado às suas obrigações morais para com a democracia também é explicitada em sentido de deveres profissionais. No mesmo sentido, o editorial da versão brasileira do jornal *El País*<sup>8</sup>, semanas depois, argumenta que os jornais "têm muitas obrigações em uma sociedade democrática: responsabilidade, confiabilidade, equilíbrio e compromisso ante os cidadãos. Não estava e não está entre elas proteger os agentes públicos e os poderosos em geral de revelações embaraçosas" (EL PAÍS, 2019). A dimensão da relação entre vigilância e verdade aqui se traduz em instrumento de defesa primordial do interesse público. A própria natureza das publicações em questão, constituída pelo vazamento de conversas privadas com impacto considerável a coisa pública, apontaria para a predominância de tais valores. Tais momentos e acontecimentos são centrais para que o jornalismo se legitime e estabeleça os vínculos que validem sua posição institucional, justificando leis específicas que protejam sua atuação, bem como seus códigos deontológicos e cultura profissional.

A partir disso, avançamos nossa análise para o *segundo nível* da análise, observando como o debate se dá em linguagem, a partir dos argumentos, reivindicações e declarações dos veículos envolvidos nesta cobertura. No já citado anúncio da parceria com a *Folha de S. Paulo*, Demori e Greenwald (2019) fazem menção direta ao "papel da imprensa livre em uma democracia". Greenwald, Demori e Reed (2019) argumentam que "só o jornalismo independente do governo e livre da influência de oficiais imorais pode garantir que o público seja informado sobre as ações de seus líderes, e desse modo evitar que governantes corruptos atuem nas sombras". Neste trecho, podemos observar a manifestação de uma série de condições que se apresenta como base de um dever jornalístico maior, de fiscalização do poder público.

Semanas depois, publicação do *The Intercept* aponta para uma forma de legitimação por autoridade jornalística coletiva, num sistema de referencialidade jornalística. Isto é, a partir da confirmação da autenticidade por repórteres de diversos veículos diferentes, "e diferentes orientações e com credibilidade reconhecida confirmaram o conteúdo publicado" (GREENWALD; DEMORI, 2019)<sup>9</sup>. Ainda neste trecho, os profissionais argumentam que estes veículos parceiros "investigaram o conteúdo e atestaram, a partir de evidências concretas e segundo os métodos jornalísticos tradicionais, sua veracidade" (GREENWALD; DEMORI, 2019). Este tipo de argumento é relevante porque explicita uma forma coletiva de



apuração e aferição de validade das informações, ao mesmo tempo em que os fatos passam a ser relevantes em sua circulação coletiva.

No plano argumentativo, portanto, este é um momento precioso para nossas observações, uma vez que a divisão de “lados” da cobertura assume contornos claramente morais: “a imprensa séria” versus uma imprensa que não é séria. O “mau jornalismo” da outra parte certamente assim o é caracterizado somente em comparação a um “bom” jornalismo. Com isso, alcançamos o *terceiro estágio* de observação analisando como se constroem os regimes de referência moral e factual das práticas discutidas no caso, buscando compreender quais são os fatos centrais abordados no caso e como eles constroem uma narrativa em torno de valores.

O questionamento das condições éticas e legais daquilo que está sendo revelado é constantemente evocado como um direito dos cidadãos e um dever fundamental do jornalismo<sup>10</sup>. Os veículos que aderiram à cobertura, reforçaram este sentido de fundamentação das ações por princípios jornalísticos. A colaboração articula, assim, exercício de um dever: informar a sociedade sobre as questões de interesse público. O aspecto de elevação moral das práticas de divulgação e a diferenciação dos jornalistas desta cobertura na comparação com os agentes públicos expostos se dá pelo uso do exemplo do vazamento das conversas telefônicas entre Lula e Dilma (PT): O *The Intercept* diz ter aplaudido, junto a outros jornalistas, comentaristas e ativistas, a divulgação dos áudios por Sergio Moro por acreditar nos princípios de transparência na gestão da coisa pública. O sentido do reforço do compromisso moral do site com as categorias morais do jornalismo se reforça de forma explícita, uma vez que ele passa não apenas pelo compromisso com a vigilância sobre a Lava Jato, mas também sobre as relações entre imprensa e judiciário.

Em 20 de dezembro de 2019, texto<sup>11</sup> de Ricardo Balthazar na *Folha de S. Paulo* apontou que a força-tarefa da Lava Jato buscou o apoio de jornalistas considerados aliados (BALTHAZAR, 2019). Balthazar (2019) aponta o uso de veículos alinhados com a própria força-tarefa como função estratégica de fazer prevalecer a versão do MPF sobre os fatos investigados e ganhar apoio e influência na opinião pública e nos tribunais. Tal proposta passava pelo acesso antecipado de alguns jornalistas a inquéritos específicos. Assim, eles tinham “uma vantagem importante nos dias de hoje, permitindo que colocassem a notícia no ar antes que os concorrentes tivessem tempo de ler as notas” (BALTHAZAR, 2019).

O fato de que algumas dessas ações sejam consideradas normais não impede o autor de elencá-las como atos com potencial de rompimento das barreiras éticas da profissão. Isto porque a expectativa de um tratamento positivo por parte da imprensa, fazia com que “até jornalistas que eram julgados confiáveis foram tratados com frieza quando sugeriram pautas que a força-tarefa achava negativas, arriscadas ou embaraçosas” (BALTHAZAR, 2019). Se o destaque da imprensa a alguns pontos sensíveis da força-tarefa perante a opinião pública na imprensa eram tratados com decepção por parte dos procuradores, o fato de jornalistas cruzarem as barreiras éticas da profissão por um acesso privilegiado a essas fontes é relevante.

## Considerações finais

A dinâmica da prática jornalística traz uma utilização estratégica importante para os princípios, regras e finalidades dos valores morais que vão constituir a base de legitimidade da profissão. As propostas éticas capazes de auxiliar a compor a identidade jornalística serão fruto de um constante “ajuste de foco” constante, no qual ações serão avaliadas e justificadas por sua utilidade, relação com deveres ou com uma virtude estabelecida. Neste sentido, as formas de deliberação a respeito dos ideais éticos por parte dos jornalistas serão centrais para a nossa percepção da configuração da rede de valores jornalísticos.

A formação de uma postura moral baseada em vigilância e verdade mostra uma conexão forte com alguns preceitos de independência nas práticas, argumentos

<sup>10</sup>“Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro”: <https://bit.ly/3iUawWH>

<sup>11</sup>“Mensagens vazadas da Lava Jato indicam favorecimento a jornalistas aliados” <https://bit.ly/3clu1VL>

e referências jornalísticas. Ao longo das 98 publicações analisadas, fica evidente o aparecimento da vigilância enquanto valor central, aparecendo articulada principalmente com os princípios de interesse público e transparência. O interesse público é o principal argumento de fundo, embora de forma genérica e ampla, a ser mobilizado de forma utilitária para justificar a finalidade da divulgação das conversas. Por isto, desde o início argumenta-se a necessidade de exposição e de quebra do sigilo da atuação das personalidades por uma finalidade específica. Não obstante o uso utilitário do interesse público, a perspectiva de um “dever” moral da vigilância perpassa tais argumentações de forma explícita quando os jornalistas alegam fazer filtragens e não publicar materiais sensíveis e/ou de interesse exclusivamente privados.

A organização da vigilância enquanto prática e valor jornalístico fica evidente quando articulada com valores de verdade e práticas de transparência, superando argumentos de objetividade e imparcialidade. A vigilância aparece de forma estrutural na composição dos argumentos morais e se torna elemento-chave para a estruturação dos demais valores. A perda de espaço da objetividade enquanto organização narrativa da ética jornalística aponta para uma nova dinâmica de organização desses valores, possibilitados e exemplificados pelas capacidades técnicas que a sociedade dispõe hoje. Isto é, um jornalismo que se poste na esfera pública sem mobilizar, para si, um lugar de observador atento e crítico da realidade terá mais dificuldade para se consolidar como “bom jornalismo” nestes padrões.

Ao longo de toda a cobertura, há destaque para como as ações vigilantes, mediadas por um propósito rigidamente centrado em deveres jornalísticos, serão constituintes de uma prática virtuosa. Os valores morais associados à boa cobertura jornalística, como verdade e equilíbrio, portanto, poderiam ser reconstituídos a partir da atitude vigilante dos veículos. Assim, é possível perceber os dois níveis de atuação da vigilância, enquanto primeira condição prática, na qual todos podem interagir e afetar o jornalismo, mas também como condição moral fundamental para o jornalismo atual, base da reivindicação por uma prática moralmente elevada.

Percebemos que a vigilância se torna padrão de referência, observação e leitura dos demais valores, como independência e verdade. A exacerbação do cenário de vigilância enquanto prática social, portanto, permite que a imprensa seja, ao mesmo tempo, vigia e vigiada, evidenciando uma proposta de jornalismo muito mais marcadamente atuante e engajado em práticas e causas expressas. Esta dinâmica evoca um projeto ético jornalístico mais aberto e complexo do que o tradicional, numa montagem sofisticada de observador que busca legitimar sua posição ao disponibilizar parte de seus recursos e mobilizar uma discussão aberta sobre os sentidos de sua prática.

---

## Referências

ALVES DOS SANTOS, M. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. Tese (doutorado)—Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2019.

ALVES DOS SANTOS, M.; ALBUQUERQUE, A. DE. Perda da hegemonia da imprensa - a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, v. 13, n. 3, p. 5–28, 30 dez. 2019.

BALTHAZAR, R. Mensagens vazadas da Lava Jato indicam favorecimento a jornalistas aliados - 20/12/2019 - Ilustríssima - Folha. **Folha de S. Paulo**, 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/12/mensagens-vazadas-da-lava-jato-indicam-favorecimento-a-jornalistas-aliados.shtml>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BENTHAM, J. **Collected Works of Jeremy Bentham: Deontology together with A Table of the Springs of Action and Article on Utilitarianism** - Jeremy Bentham - Oxford Scholarly Editions. USA: Oxford Press University, 1983.

BERTRAND, C.-J. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.

CARVALHO, E. DE M.; ALBUQUERQUE, A.; ALVES DOS SANTOS, M. Brazilian Blogosfera Progressista: Digital Vanguard in Dark Times. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, v. 18, n. 1, p. 219–235, 13 jan. 2020.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

COUTINHO, I.; QUEIROZ, C. C. Aproximações e distanciamentos dos discursos do manual de jornalismo da EBC e dos princípios editoriais das organizações Globo. Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais... In: XVIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE**. Bauru, SP: Intercom, 2013.

DALMONTE, E. F. É preciso ordenar a comunicação? Questionamentos acerca da necessidade de instâncias mediadoras entre a mídia e o público. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 8, n. 1, p. 21–38, 2 maio 2011.

DALMONTE, E. F. Discurso e mobilização social no contexto das tecnologias interativas: a emergência de múltiplas esferas argumentativas | Dalmonte | Comunicação Mídia e Consumo. **Revista Comunicação Mídia e Consumo**, v. 9, p. 13–31, 2012.

DALMONTE, E.; QUEIROZ, C. C. DE. As canetas corretoras e o jornalismo em tempos de redes sociais. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 223–244, 31 dez. 2018.

DALMONTE, E.; SILVA, W. C. Os infiltrados: Limites legais e éticos da atuação da “imprensa investigativa no Brasil”. *Confluências* | **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 13, n. 1, p. 56–72, 29 nov. 2012.

DAVIS, S.; STRAUBHAAR, J. Producing Antipetismo: Media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 1, p. 82–100, out. 2019.

DEMORI, L.; GREENWALD, G. Anunciamos nossa parceria jornalística com a Folha no arquivo da Vaza Jato – e as impropriedades reveladas na primeira reportagem conjunta com o jornal. **The Intercept**, 23 jun. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/23/intercept-folha-vaza-jato-moro-lava-jato/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

EL PAÍS. Por que o EL PAÍS decidiu publicar as mensagens da Lava Jato vazadas ao ‘The Intercept’. **El País**, 6 ago. 2019.

FAUSTO NETO, A.; SGORLA, F. Zona em construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. **Lumina**, v. 7, n. 1, 2013.

GOMES, W. **Jornalismo Fatos e Interesses: Ensaio de teoria do jornalismo**, Editora Insular. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2009. v. 1.

GRAVES, L. **Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

GREENWALD, G.; DEMORI, L. #VazaJato: as provas de que os chats são autênticos agora vêm de diversos veículos de comunicação – são definitivas e esmagadoras. **The Intercept**, 15 jul. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/15/vaza-jato-as-provas-de-que-os-chats-sao-autenticos-agora-vem-de-diversos-veiculos-de-comunicacao-sao-definitivas-e-esmagadoras/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

GREENWALD, G.; DEMORI, L.; REED, B. A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo secreto são tão vitais. **The Intercept**, 28 jul. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/28/reacao-bolsonaro-vaza-jato-reportagens-vitais/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

GREENWALD, G.; REED, B.; DEMORI, L. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. **The Intercept**, 9 jun. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

HABERMAS, J. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 4-19, dez. 1989.

HABERMAS, J. Três modelos Normativos de democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 39-53, 1995.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro, 2003.

HIRST, M.; HARRISON, J.; MAZEPA, P. **Communication and New Media: From Broadcast to Narrowcast**. [s.l.] Oxford Press University, 2014.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos: texto integral**. [s.l.] Martin Claret, 2008.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINO, L. M. S. A ética como discurso estratégico no campo jornalístico. **Líbero**, v. 13, n. 26, p. 31-38, 2016.

MARTINS, R. M. et al. ‘Tentemos ser generosos rs’: Lava Jato usou site O Antagonista para interferir na escolha do presidente do Banco do Brasil – e a parceria entre os dois não começou aí. **The Intercept**, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/lava-jato-antagonista-deltan-parceria/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MARTINS, R. M.; DEMORI, L. Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato. **The Intercept**, 8 jul. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/08/como-o-intercept-brasil-confirma-a-identidade-das-pessoas-que-aparecem-nos-chats-da-vazajato/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

MILL, J. S. **Utilitarianism**. Seattle, Washington; Charleston, S.C.: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2010.



QUEIROZ, C. C. **Vigilante sob suspeita**: O monitoramento e avaliação da imprensa tradicional pela “Blogsfera Progressista”. Dissertação de Mestrado—Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016a.

QUEIROZ, C. C. Normatividade jornalística em circulação. **Culturas Midiáticas**, v. 9, p. 118–136, 2016b.

REVISTA VEJA. Carta ao Leitor: Sobre princípios e valores. **Veja**, 12 jul. 2019.

SHAFER-LANDAU, R. **Ethical Theory An Anthology**. 2. ed. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2012.

SHAFER-LANDAU, R. **The Fundamentals of Ethics**. Third edition ed. New York: Oxford University Press, 2014.

VIEIRA, L. DE S. **Métricas editoriais no jornalismo online**: ética e cultura profissional na relação com audiências ativas. p. 393, 2018.

WARD, S. J. A. **The invention of journalism ethics**: the path to objectivity and beyond. Montreal; Ithaca: McGill-Queen’s University Press, 2004.

WARD, S. J. A. **Global Journalism Ethics**. Chesham: McGill-Queen’s University Press, 2010.

WARD, S. J. A. **Radical media ethics**: a global approach. Chichester, West Sussex [England]; Malden, MA: Wiley Blackwell, 2015.

WARD, S. J. A. **Ethical Journalism in a Populist Age**: The Democratically Engaged Journalist. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.

WARD, S. J. A. **Disrupting Journalism Ethics**: Radical Change on the Frontier of Digital Media. Cambridge: Routledge, 2018.

WARD, S. J. A. **Objectively Engaged Journalism**: An Ethic. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.